



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES XANGRI-LÁ

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2026**

**Autoria: Mari Lavieja**

*Dispõe sobre a organização dos serviços internos relativos à gestão e à separação de resíduos sólidos, bem como sobre a obrigatoriedade de disponibilização de lixeiras seletivas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Xangri-Lá.*

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Xangri-Lá, a organização dos serviços internos de gestão de resíduos sólidos, tornando obrigatória a separação adequada dos resíduos gerados em suas dependências e a disponibilização de lixeiras seletivas em todos os ambientes internos e de uso comum.

**§ 1º** As rotinas internas de acondicionamento, coleta, armazenamento temporário e entrega dos resíduos deverão observar, no que couber, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e demais normas municipais aplicáveis, bem como as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**§ 2º** A separação e destinação dos resíduos observarão, sempre que possível, o sistema de coleta seletiva implementado pelo Município, inclusive quanto à periodicidade de coleta e aos procedimentos estabelecidos pelo órgão municipal competente.

**Art. 2º** A separação dos resíduos sólidos deverá observar, no mínimo, as seguintes categorias:

- I – resíduos recicláveis secos, tais como papel, papelão, plástico, metal e vidro;
- II – resíduos orgânicos, provenientes, principalmente, da cozinha, copa e áreas de alimentação;
- III – resíduos não recicláveis ou rejeitos, assim considerados aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores ou que, por suas características, não possam ser reaproveitados ou reciclados.

**Parágrafo único.** Poderão ser instituídas categorias adicionais de segregação, inclusive para resíduos perigosos ou específicos, mediante ato da Mesa Diretora, em consonância com a legislação ambiental aplicável.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES XANGRI-LÁ

**Art. 3º** Deverão ser disponibilizadas lixeiras seletivas, devidamente identificadas e padronizadas, com sinalização educativa e cores compatíveis com as normas técnicas e diretrizes ambientais vigentes, nos seguintes espaços, entre outros:

I – Gabinetes dos Vereadores;

II – Plenário;

III – Salas administrativas e setores técnicos;

IV – Recepção e áreas de circulação;

V – Cozinha, copa e áreas de convivência;

VI – Banheiros e áreas de apoio, quando tecnicamente aplicável.

**§ 1º** A quantidade, o porte e a disposição das lixeiras seletivas deverão ser suficientes para a demanda gerada em cada ambiente, de forma a evitar o transbordamento de resíduos e a mistura entre as diferentes categorias.

**§ 2º** A Mesa Diretora poderá, por ato próprio, definir padrões mínimos de sinalização, layout e posicionamento das lixeiras seletivas em cada setor, observada a acessibilidade e a segurança dos usuários.

**Art. 4º** Compete à Mesa Diretora, em conjunto com os setores administrativos competentes:

I – providenciar a aquisição, instalação e manutenção das lixeiras seletivas, bem como a estrutura necessária ao armazenamento temporário e à entrega dos resíduos recicláveis ao sistema de coleta seletiva;

II – promover ações permanentes de orientação e conscientização junto aos Vereadores, servidores, estagiários, terceirizados e demais usuários da Câmara, incluindo, sempre que possível, campanhas educativas, treinamentos periódicos e materiais informativos sobre a correta separação dos resíduos;

III – articular, sempre que possível, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis, prioritariamente por meio de parcerias com cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis, programas municipais de coleta seletiva ou iniciativas congêneres, observada a legislação pertinente;

IV – elaborar, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Resolução, ato normativo interno que disponha sobre os procedimentos operacionais específicos para a gestão dos resíduos sólidos no âmbito da Câmara, em conformidade com esta Resolução.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES XANGRI-LÁ

**Art. 5º** Todos os Vereadores, servidores, colaboradores e demais usuários da Câmara Municipal deverão observar as disposições desta Resolução, contribuindo para a correta separação dos resíduos, para a preservação do meio ambiente e para o cumprimento das políticas municipal, estadual e nacional de resíduos sólidos.

**Parágrafo único.** Caberá à Presidência, aos chefes de gabinete e aos responsáveis por setores administrativos zelar pelo cumprimento desta Resolução nos respectivos ambientes, adotando as medidas de orientação necessárias e comunicando à Mesa Diretora eventuais dificuldades na sua implementação.

**Art. 6º** A Mesa Diretora poderá designar comissão interna ou setor responsável para acompanhar a implantação da coleta seletiva e da gestão de resíduos sólidos na Câmara, bem como propor melhorias e avaliar, periodicamente, o seu funcionamento.

**§ 1º** A comissão ou setor responsável, se instituído, apresentará, ao menos anualmente, relatório simples à Mesa Diretora, contendo informações sobre as ações de educação ambiental desenvolvidas e sobre o andamento da separação dos resíduos recicláveis, com indicação de eventuais necessidades de ajustes.

**§ 2º** As informações referidas no § 1º poderão subsidiar ações de transparência e de responsabilidade socioambiental da Câmara, nos termos da legislação aplicável.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*Xangri-Lá/RS, na data da assinatura digital.*

*(assinado digitalmente)*

Mari Lavieja,  
Vereador(a), PSDB





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES XANGRI-LÁ

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade organizar, no âmbito da Câmara Municipal de Xangri-Lá, os serviços internos de gestão e separação dos resíduos sólidos gerados em suas dependências, instituindo a obrigatoriedade da coleta seletiva e da disponibilização de lixeiras seletivas. Trata-se de matéria típica de economia interna do Poder Legislativo, compatível com a competência da Câmara para disciplinar a sua organização, serviços auxiliares e rotinas administrativas por meio de resolução, conforme dispõem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno.

A separação correta dos resíduos sólidos na fonte geradora é etapa fundamental para a efetivação da coleta seletiva, a ampliação das taxas de reciclagem e a redução do volume de rejeitos encaminhados a aterros sanitários, conforme reconhecem a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul e os instrumentos de planejamento municipal de saneamento e resíduos. Ao estabelecer a segregação mínima em recicláveis secos, orgânicos e rejeitos, o projeto alinha a prática interna da Câmara às definições e diretrizes técnicas consolidadas para a administração pública, inclusive no âmbito federal e estadual.

Como órgão representativo da sociedade e responsável pela produção normativa e fiscalização das políticas públicas locais, a Câmara Municipal deve atuar de maneira exemplar na incorporação de práticas sustentáveis em sua rotina administrativa, em especial naquelas que dependem de organização interna e de mudança de comportamento dos seus próprios membros. A experiência de outros órgãos e casas legislativas demonstra que a implantação de programas de coleta seletiva em prédios públicos, acompanhada de sinalização adequada, educação ambiental e integração com cooperativas de catadores, gera resultados concretos em termos de redução de resíduos, inclusão social e fortalecimento da economia circular.

A proposição dialoga com as políticas municipais já existentes, como o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o Plano Municipal de Saneamento Básico e normas específicas sobre limpeza urbana, integrando a Câmara ao sistema municipal de coleta seletiva e respeitando os fluxos definidos pelo Executivo para coleta, transporte e destinação final. Ao remeter, de forma expressa, a





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES XANGRI-LÁ

esses instrumentos, a Resolução evita sobreposições e contribui para a coerência da política de resíduos sólidos no território de Xangri-Lá.

Do ponto de vista socioeconômico, o projeto reforça a diretriz de destinação prioritária dos resíduos recicláveis reutilizáveis às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com programas de coleta seletiva solidária já implementados em outras esferas da administração pública. Essa articulação contribui para a valorização do trabalho dos catadores, a geração de renda, a inclusão produtiva de grupos historicamente vulneráveis e a consolidação de cadeias locais de reciclagem.

O texto proposto, além de estabelecer obrigações claras de separação e de instalação de lixeiras seletivas, confere densidade normativa ao prever: a integração com o sistema municipal de coleta seletiva; a competência da Mesa Diretora para regulamentar procedimentos operacionais internos em prazo certo; a possibilidade de designação de comissão ou setor responsável pelo acompanhamento da implementação; e a elaboração de relatórios periódicos para avaliação e aperfeiçoamento das ações. Tais medidas aproximam a Resolução das melhores práticas adotadas em programas de coleta seletiva na administração pública, sem criar entraves burocráticos desnecessários, e mantêm a simplicidade operacional exigida para normas de economia interna.

Diante do exposto, a proposição mostra-se oportuna, necessária e alinhada às competências institucionais da Câmara Municipal, às políticas ambientais vigentes e às experiências bem-sucedidas de outros entes federativos, razão pela qual se conclama os nobres Vereadores e Vereadoras à sua aprovação.

Xangri-Lá/RS, na data da assinatura digital.

*(assinado digitalmente)*

Mari Lavieja,  
Vereador(a), PSDB





**CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - RS**

RUA RIO DOURADINHO, 1385 - CNPJ: 94.436.367/0001-04

XANGRI-LÁ - RS- CEP: 95.588-000

FONE: (51) 3689-1081



CÓDIGO DE ACESSO

2108E813E4194C99894EB0945DCD9C0B

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://xangrilacv.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2108E813E4194C99894EB0945DCD9C0B>